

Com sobra de verbas, Câmara Municipal devolve recursos para Fruet **Pág. 06**

#OCUPACMEI

Sismuc entrou com ação no Ministério Público denunciando fechamento de vagas em berçários pela gestão Gustavo Fruet **Pág. 05**



Phil Batiuk

Em seminário, servidores discutem rumos do IPMC **Pág. 04**

Jornal do

SISMAUC

NÓS FAZEMOS A LUTA

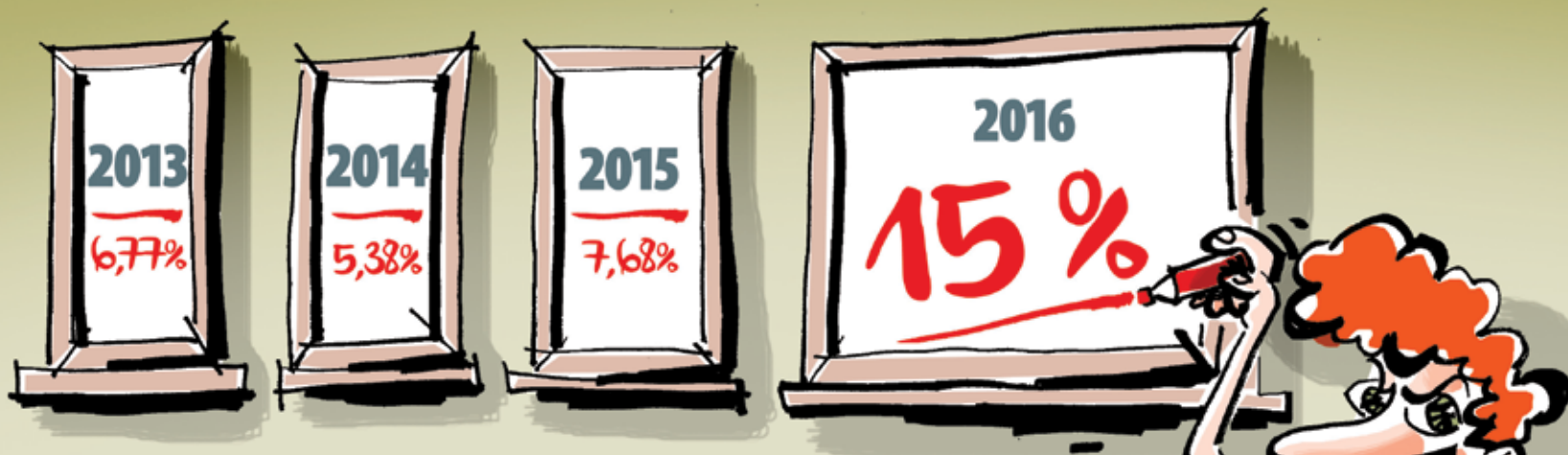
SISMUC
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA

Edição 120 | DEZ 2015

www.sismuc.org.br |  | 

Filiado a:

 **fessmuc**  **CONFETAM** 



Para cima da meta

O governo Fruet está marcado por reajustes no limite da inflação para os municipais. Agora, em 2016, nossa meta deve ser ganho real. Mas isso só com mobilização na Campanha de Lutas **Pág. 03**



Pedro Carrano



CMEIS EM CONSTRUÇÃO. Dez cmeis estão em vias de serem entregues pela Prefeitura de Curitiba. Servidores questionam por que obras prontas não foram inauguradas antes **Pág. 06**

EXPEDIENTE



Sindicato dos Servidores públicos Municipais de Curitiba

Rua Monsenhor Celso, 225, 9º andar
Centro | Cep: 80.010-150 - Curitiba/PR
Telefone/fax: (41) 3322-2475
Email: imprensa@sismuc.org.br
Site: www.sismuc.org.br

Jornal. Respons.: Manoel Ramires (DRT 4673)
Jornalistas: Pedro Carrano (MTb 5064)
e Phil Batiuk (MTb 10530)
Diagramação, charges e ilustrações:
Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br)
Revisão: Soraya Zgoda
Impressão: Gráfica Mansão
Tiragem: 3 mil exemplares

DIRETORIA DA GESTÃO **NÓS FAZEMOS A LUTA**

Coordenação Geral: Irene Rodrigues dos Santos
Coordenação de Administração: Giuliano Marcelo Gomes
Coordenação de Finanças: Rosimeire Aparecida Barbieri
Coordenação de Estrutura: Jonathan Faria Ramos
Coordenação de Comunicação e Informática:
Soraya Cristina Zgoda
Coordenação de Assuntos Jurídicos:
Adriana Claudia Kalckmam
Coordenação Formação Estudos Socioeconômicos:
Juliano Rodrigo Marques Soares
Coordenação de Políticas Sindicais: Liliane Rute Cotinho
Coordenação de Organização por Local de Trabalho:
Cathia Regina Pinto de Almeida
Coordenação de Juventude:
Juliana de Fátima Mildemberg de Lara
Coordenação de Saúde do Trabalhador: Antônia Ferreira
Coordenação de Aposentados: Natel Cardoso dos Santos
Coordenação de Mulheres: Maria Aparecida Martins Santos
Coordenação de Raça: Dermeval Ferreira da Silva
Coordenação de Movimentos Sociais:
Casturina da Silva Berquo

Impeachment coloca futuro de servidores em risco

O Brasil vive um processo delicado no qual o Sismuc - Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba - deve se posicionar. Afinal, a saída da Presidência da República tem impacto direto na vida do trabalhador e na organização sindical. Ainda mais porque aqueles que patrocinam o processo de impeachment são os mesmos que historicamente atacam os direitos dos servidores municipais. São os mesmos que buscam tornar greves e mobilizações ilegais, que combatem o serviço público, incentivam a terceirização, colocam-se contrários a redução de jornada, entre outros.

E o maior representante para ameaça do futuro dos municipais é Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Ele usa de manobras e chantagem pessoal para encaminhar o impeachment da Presidência da República, algo que fere as regras democráticas. Vários exemplos de má conduta e autoritarismo têm ocorrido com a ação de Cunha para barrar seu processo de cassação no Conselho de Ética que investiga suas milionárias contas na Suíça, fruto de corrupção e propina.

Neste sentido, em um futuro próximo, o que se está estabelecendo é um modelo de imposição de pautas sobre os interesses coletivos. Não tardará para que se agrave e torne comum a postura de governantes que imponham nossos salários, nossa organização, que ataquem nossa previdência, que permita exonerar servidor para enxugar a folha, mas mantenha os cargos comissionados. É preciso combater a concretização dessa possibilidade e ela começa com Eduardo Cunha.

Agora se esse plano prosperar, não só o governo será impedido, mas também a pauta dos trabalhadores. O programa apresentado pelo vice-presidente Michel Temer, chamado uma "Ponte para o Futuro" é uma carta amigável aos mercados. Esse plano defende limites para a dívida pública, que significa cancelar concursos públicos, novos Planos de Carreira e crescimentos. Também congela salários de aposentados para fazer caixa para banqueiros. Além disso, cria um comitê gestor de programas sociais que

pode acabar com o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, FIES e outros programas que trazem remuneração social ao servidor.

“Esse plano defende limites para a dívida pública, que significa cancelar concursos públicos, novos Planos de Carreira e crescimentos. Também congela salários de aposentados para fazer caixa para banqueiros”

RECESSÃO ECONÔMICA.

O impacto de golpe parlamentar a partir do impeachment não seria pequeno para a economia brasileira já enfraquecida. Especialmente, ele abre espaço para todo tipo de manobra oportunista, colocando em risco a democracia conquistada com décadas de luta, democracia da qual o próprio Sismuc é fruto.

Com o impedimento, o quadro de crise econômica trará reflexos no orçamento das esferas estaduais e municipais, desde a aplicação do ajuste fiscal até o esforço de estados e municípios em mexerem nos fundos de previdência dos servidores públicos. Tudo indica - e vários editoriais de jornais ligados a essa mesma elite - que o impeachment piorará ainda mais a economia.

Enfim, ninguém quer o Cunha ou a virada de mesa na democracia. Se ele continua lá, é para operar um último grande esquema de corrupção: o golpe por meio do impedimento antidemocrático da Presidência da República. É preciso resistir. ▀

Tem uma ideia legal de texto? Escreva e envie para a Coluna do Leitor do Jornal do Sismuc: imprensa@sismuc.org.br



SERVELINO, o servidor



ASSEMBLEIA GERAL dos servidores municipais define exigência de 15% de aumento salarial

Servidores tiveram apenas reposição de inflação durante gestão Fruet

por Pedro Carrano

Em assembleia geral dos servidores públicos municipais, Sandro Silva, assessor do Dieese, explica que a Prefeitura não repôs aos servidores públicos as perdas salariais ocasionadas entre os anos de 2000 a 2004. Depois disso, houve um período de ganhos reais, de 0,8%, em 2004, chegando até 4,30%, em 2011. De acordo com o economista, a gestão Fruet até o momento limitou-se em três anos apenas à reposição da inflação.

A inflação é outra dificuldade que atinge a vida do servidor, e que deve piorar. O IBGE e Dieese já apontam a inflação atual na casa de 9%. “No Brasil, não vivemos uma inflação de demanda, mas pontual em alguns segmentos e principalmente em tarifas públicas”, afirma.

PAUTA DO SERVIDOR. Neste contexto, os servidores definiram em assembleia pela exigência de 15% de aumento salarial, que consiste no aumento real e mais inflação do período; e também cons-

tam o auxílio-alimentação no valor estipulado pelo Dieese; a implementação de remanejamento sistemático; o avanço na Saúde do Trabalhador, entre outros temas.

Dentro do debate atual do IPMC, os servidores exigem que não haja alterações no que se refere à separação na Lei do IPMC e do ICS, e também no que se refere à retirada dos

aportes financeiros da Prefeitura.

A pauta dos servidores ainda apresenta um item relacionado à questão de gênero. O papel da Prefeitura deve ser realizar formação para contribuir na luta contra as opressões de gênero.

Além das lutas gerais, as pautas específicas de cada segmento estão sendo definidas em cada coletivo.

| Ano | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Var. 2014/2013 (%) | 2015/2014 (%) |
|--------------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|---------------|
| Receita Corrente Líquida | 335.958.757,13 | 255.859.720,66 | 379.061.436,48 | 410.441.329,72 | 468.448.756,98 | 474.691.674,49 | 18,13 | 1,33 |
| Impostos | 370.427.940,01 | 450.660.118,66 | 537.354.957,72 | 564.127.704,92 | 675.442.427,34 | 620.674.216,96 | 19,89 | -8,10 |
| Contribuições | 204.857.130,83 | 309.194.750,06 | 398.501.277,74 | 409.414.682,43 | 448.820.134,64 | 497.343.590,25 | 9,27 | 10,87 |
| Outras Receitas | 267.956.412,71 | 296.628.793,27 | 406.425.743,30 | 456.382.396,66 | 467.726.377,87 | 524.119.816,34 | 2,49 | 12,24 |
| Despesas | 268.638.056,20 | 350.027.789,66 | 403.505.592,33 | 447.149.057,75 | 490.444.368,10 | 513.510.340,91 | 6,58 | 4,76 |
| Saldo | 264.472.397,01 | 355.923.234,34 | 377.555.844,15 | 417.470.603,73 | 438.340.526,49 | 442.400.611,15 | 5,00 | 10,01 |
| Outros | 265.555.082,76 | 350.190.051,25 | 421.168.413,78 | 453.290.612,48 | 476.796.025,89 | 477.522.400,61 | 5,16 | 0,14 |
| Outros | 271.020.623,37 | 376.563.219,70 | 462.309.883,42 | 497.285.543,14 | 479.490.456,31 | 442.576.154,67 | 11,73 | -7,99 |
| Outros | 316.464.587,51 | 347.635.669,07 | 382.452.623,56 | 425.712.579,94 | 445.336.747,89 | 487.593.888,56 | 4,61 | 9,38 |
| Outros | 267.055.861,71 | 362.296.941,70 | 421.900.781,92 | 447.555.589,00 | 465.368.807,88 | 487.593.888,56 | 4,23 | 10,80 |
| Outros | 276.071.341,03 | 372.319.272,50 | 448.667.439,89 | 425.992.329,27 | 470.433.342,97 | 516.616.233,89 | 18,42 | 10,80 |
| Outros | 301.635.137,53 | 375.298.690,52 | 438.079.401,90 | 487.071.548,39 | 538.050.107,06 | - | - | 8,31 |
| Outros | 400.113.347,80 | 4.210.506.250,47 | 5.077.031.124,01 | 5.381.678.389,43 | 5.885.687.293,02 | 5.164.907.101,94 | 8,89 | - |
| Outros | - | 23,84 | 20,58 | 0,00 | 8,89 | - | - | - |
| Outros | 822.406.860,24 | 3.461.980.267,37 | 4.190.284.283,12 | 4.458.614.319,77 | 4.857.203.802,99 | 5.164.907.101,94 | 8,54 | 8,30 |
| Outros | - | 22,66 | 21,34 | 6,40 | 8,54 | - | - | - |
| Outros | - | 4.039.686.765,93 | 4.638.802.246,22 | 5.345.561.360,66 | 5.790.267.632,88 | 5.173.588.670,97 | 8,14 | 8,80 |
| Outros | - | - | 22,26 | 8,23 | 8,14 | - | - | - |

“Já temos sentindo negociações mais duras”, afirma Sandro Silva, do Dieese



EM PERÍODO DIFÍCIL, MOBILIZAÇÃO É MAIS NECESSÁRIA

SANDRO SILVA, economista do Dieese, aponta a dificuldade que, no Brasil, as negociações salariais passaram a ter a partir de 2015. Se, em 2012, mais de 90% das negociações obtiveram ganhos reais, em 2015 apenas 63% das negociações

alcançaram ganhos reais até o momento. “Já temos sentindo negociações mais duras”, afirma o economista. Este fator reforça a necessidade de mobilização do servidor durante a campanha de lutas. ▲

PROJETO DO EXECUTIVO corrige “distorções” nos vencimentos de 228 funcionários da Secretaria Municipal de Finanças

Servidores Municipais de finanças conquistam incorporação

Chico Camargo/CMC



“É um dia histórico, em que se corrige uma injustiça”, diz Salamuni

Por Câmara Municipal de Curitiba

A Câmara de Vereadores aprovou com alterações na lei municipal 14.526/2014, que incorporou gratificações aos salários dos servidores das áreas financeiras da Prefeitura de Curitiba. Segundo o líder do governo na Casa, Paulo Salamuni (PV), o projeto do Executivo (005.00227.2015) corrige “distorções” nos vencimentos de 228 funcionários, da Secretaria Municipal de Finanças, Procuradoria Fiscal e setores de contabilidade, orçamento e tesouraria dos órgãos da administração indireta, que ficaram de fora da incorporação da vantagem em 2014.

“É um dia histórico, em que se corrige uma injustiça. Uma demanda que existe há mais de dez anos”, acrescentou Salamuni. “Fica o alerta para corrigirmos todas as injustiças criadas ao longo do tempo”, completou a Professora Josete (PT). Ela citou o caso de vigias aprovados em um mesmo concurso público. De acordo com a vereadora, parte deles foi incorporada à Guarda Municipal, enquanto outros “ficaram com a carreira distinta e salário inferior”.

O projeto também altera o artigo 11 da lei municipal 14.526/2014, que suspende o pagamento da gratificação de produtividade fiscal quando o servidor é destacado para ocupar cargos em confiança na administração municipal. ▲

NÃO MEXA NO IPMC. Proposta da gestão prevê saque de recursos já repassados, fim de aportes e corte de direitos

Em seminário, municipais debatem Previdência

por Phil Batiuk

Os sindicatos dos municipais de Curitiba (Sismuc, Sismmac, Sigmuc e Afisc Sindical) realizaram no sábado (12) o seminário “Não mexa no IPMC!” A atividade de formação foi deliberada na Assembleia Indicativa de Greve e debateu as consequências do fim de aportes financeiros da Prefeitura ao Instituto de Previdência Municipal de Curitiba (IPMC), como perdas salariais e a retirada de direitos.

“O IPMC é patrimônio dos servidores públicos municipais. Ele é a reserva para aposentadorias e pensões dos trabalhadores. Se o município retirar fundos agora e não tiver recursos próprios depois, haverá cortes nos vencimentos”, critica Ludimar Rafanhim, advogado do Sismuc e integrante da mesa no seminário. Ele vê com preocupação a proposta de alteração na Lei Municipal 12.821/2008.

Afinal, ela foi conquista de lutas históricas,

que levaram finalmente à criação de um Sistema de Seguridade Social dos Servidores do Município de Curitiba. Antes disso, nunca havia sido realizado o cálculo atuarial – matemática complexa que prevê fluxos de caixa para calcular o quanto é necessário ter em conta para realizar pagamentos futuros. Ou seja, foi só em 2008 que o IPMC passou a receber aportes que garantissem de fato a previdência dos municipais.

“Agora que as finanças do instituto entram em equilíbrio, a Prefeitura vem com a proposta de interromper aportes e até mesmo retirar recursos já repassados, já que a lei é retroativa ao começo do ano”, critica Juliano Soares, coordenador do Sismuc. Em tempo, a proposta apresentada pela gestão prevê que os aportes acabem em 1º de janeiro de 2015. Como a data já passou, o sindicato teme que haja saque de recursos já aportados. Um ano depois, em janeiro de 2016, o rombo no IPMC corresponderia a mais de R\$ 100 milhões. ▲

“Trabalhei 36 anos para poder me aposentar. Nesse tempo, militei na criação do Sismuc, o que nos trouxe muitos avanços para ativos, aposentados e o próprio IPMC. Agora, depois de tudo isso, ainda precisamos enfrentar a possibilidade de perder em salário e qualidade de vida?”

Ivone Maria Ribeiro dos Santos,
servidora aposentada



Phil Batiuk

Se o município retirar fundos agora e não tiver recursos próprios depois, haverá cortes nos vencimentos

É DO SERVIDOR! Sindicatos municipais defendem gestão democrática e autarquia para ICS

Tema apresentou divergências entre gestão e servidores municipais

por Pedro Carrano

Sismuc, Sismac, Afisc Sindical e Sigmuc divergiram da gestão sobre a separação na lei que rege o Instituto de Previdência Municipal de Curitiba (IPMC) e o Instituto Curitiba de Saúde (ICS). Isso ocorreu em comissão paritária, definida pelo Decreto 1126/2015,

para debater a proposta oficial de possíveis alterações no IPMC e no ICS. Hoje, ambos os institutos são regidos pela Lei 9626/99.

Com isso, esse ponto foi postergado. Outra divergência ocorreu sobre o caráter do ICS, hoje sob o modelo de Serviço Social Autônomo. Na visão dos servidores, o Instituto deve ser uma autarquia com gestão democrática. ▲



Pedro Carrano

Dirigentes do Sismuc durante reunião de comissão paritária de trabalho

REORGANIZAÇÃO ESCOLAR. Fechar turmas para abrir vagas é enxugar gelo. Contratação de novos profissionais resolveria o problema, mas a gestão é avessa ao concurso público

Sismuc denuncia fechamento de berçários ao Ministério Público

por Phil Batiuk

No dia 11 de dezembro, o Sismuc protocolou extenso documento na Promotoria de Justiça de Proteção à Educação do Ministério Público (MP) do Paraná. Na denúncia, provas da precarização do atendimento às crianças e das condições de trabalho nos centros municipais de educação infantil (cmeis) de Curitiba. E, ainda, a ameaça de fechamento de berçários na reorganização escolar de Gustavo Fruet (PDT).

“A Prefeitura tenta resolver o problema da falta de profissionais de maneira errada. Em vez de realizar contratações por concurso público, quer reduzir o número de turmas e convocar de volta às salas de aula profissionais afastadas por razões de saúde”, alerta Irene Rodrigues, coordenadora geral do Sismuc. Ela exemplifica com o problema da servidora que atua em secretaria por problema na coluna, mas que terá de voltar a cuidar e educar crianças de colo.

E O QUE ACONTECE A MÉDIO E LONGO PRAZO?

“Se você tira os professores que já têm um vínculo com a turma, quebra o bem-estar das crianças e das trabalhadoras”, pondera Xênia Mello, advogada e mãe do Lourenço, que frequenta o cmei Centro Cívico. Ela relata que o tema é muito sensível, ao ponto das professoras chorarem quando ela pergunta o que vai acontecer com o berçário.

A advogada representa o grupo de mães e pais, que também enviou comunicação ao MP denunciando a situação. “É importante que o Ministério Público atue para fins de evitar o fechamento das vagas, pois temos notícia de que isso está ocorrendo em inúmeras unidades em Curitiba. Ainda, para fins de evitar que decisões autoritárias ocorram, o que causaria

danos tanto às crianças quanto às trabalhadoras do cmei”, diz a carta das famílias.

OUTRO LADO. Após a denúncia do sindicato, a Prefeitura de Curitiba confirmou a reorganização, por meio de nota publicada no Portal do Conhecimento. Entretanto, assim como o governador do

Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, o prefeito Gustavo Fruet alega que estaria fechando 47 turmas para abrir mais vagas. O Sismuc considera que a medida troca seis por meia dúzia - sem resolver em nada a falta de profissionais e de condições de trabalho nos cmeis, menos ainda a falta de vagas. ▲

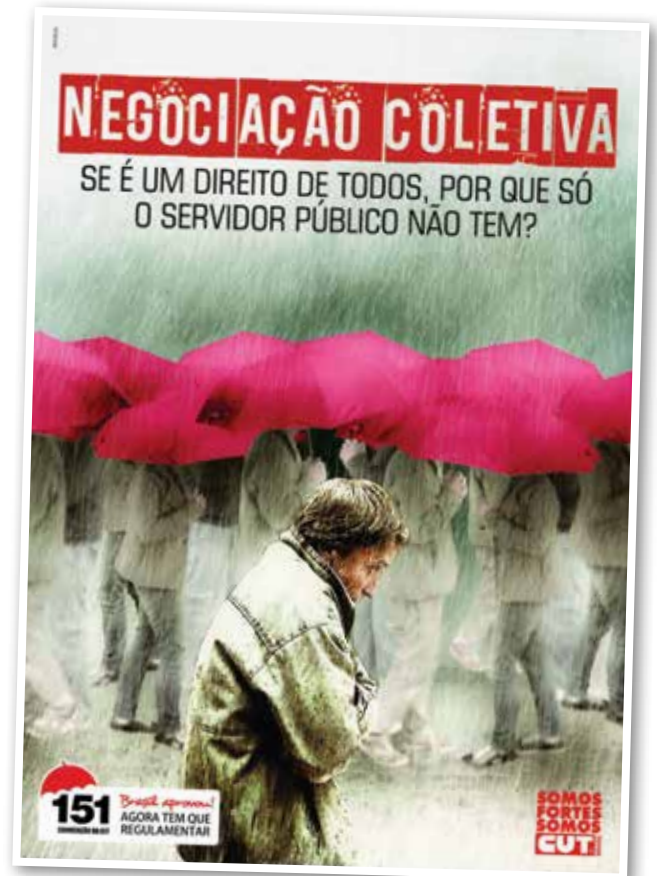


Documento foi entregue à Promotoria da Educação

Manoel Ramires

SERVIÇO PÚBLICO. PLS 397/15 regulamenta a Convenção 151 da OIT, mas ainda tem de tramitar na Câmara de Deputados, o que depende da mobilização dos trabalhadores

Senado aprova direito à negociação no serviço público



por Phil Batiuk

▶ A matéria, que foi aprovada em 1º de dezembro, institui no Brasil o dever dos governos respeitarem a organização coletiva permanente de servidores públicos nas esferas municipal, estadual e federal. O projeto é demanda histórica dos trabalhadores, em especial da Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual o Sismuc é filiado.

Para reconhecer o direito à organização sindical no Brasil, é importante o estado de mobilização dos trabalhadores. “Para que não apareça nenhum jabuti. Ou seja, que o projeto não seja desvirtuado por questões que não dizem respeito aos nossos direitos enquanto o projeto tramita na Câmara de Deputados presidida por Eduardo Cunha”, que não é confiável, explica Irene Rodrigues, coordenadora geral do Sismuc e dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam). ▲

ACOMPANHE O SISMUC NAS REDES SOCIAIS!



MAIS VAGAS. Sindicato critica demora na inauguração de obras prontas



Pedro Carrano

Obra no Cmei Vila Verde II apresenta 45% apenas de conclusão

Sismuc critica a demora na entrega de algumas obras prontas

por Pedro Carrano

Para atender a exigência de ampliação de vagas em cmeis para crianças de zero a cinco anos, a Prefeitura aponta a conclusão de dez novos cmeis no início de 2016, cujo início havia sido apontado em meados de janeiro de 2015. E aponta também mais 14 obras em etapa posterior, somando 24 equipamentos ao todo.

A crítica sindical ocorre em vista da demanda de atendimento e do número de 600 concursados aguardando chamado. Dentre as dez obras previstas para entrega no início de 2015, cinco delas estão concluídas, uma 99% pronta, três em fase

final – e mais o Cmei Vila Verde II com 45% executado. “Por que tantas obras prontas e a gestão não faz concursos? temos pessoas já aprovadas há dois anos”, lamenta Soraya Cristina, coordenadora do Sismuc.

Na região do Cmei Diadema II (CIC), cujas obras estão 99% prontas (dados da PMC), moradores apontam que a estrutura da obra havia finalizado há bastante tempo. Um servidor da região complementa que houve interrupção por um período de alguns meses. Numa consulta realizada pela **Imprensa do Sismuc**, servidores de diferentes regiões apontam que também os cmeis Serra do Mar (Cajuru) e Fazenda II (Boqueirão) ficaram concluídos e parados. ▲

SEGUNDA LEVA.

Prefeitura se compromete a entregar mais 14 cmeis

Custo médio para equipar unidade é de R\$ 2 milhões, afirma gestão

por Pedro Carrano

Em relação à primeira leva de dez obras, a gestão contesta e justifica que a demora na inauguração de obras já concluídas se deve à necessidade de equipar a unidade após a finalização da Secretaria de Obras. “Cujo custo médio anual é o equivalente ao investido na construção de uma unidade. Num momento de queda de receita e aumento da demanda por serviços públicos, a atual administração vem agindo com extrema responsabili-

dade, no sentido de manter o orçamento equilibrado, assegurar o funcionamento adequado dos serviços já existentes e garantir o pagamento dos benefícios assegurados aos servidores municipais por meio de novos e avançados planos de carreira”, justifica a gestão, por meio da Assessoria de Imprensa.

Dados enviados pela PMC apontam que, dentre as 14 obras da segunda leva de construções, nove delas apresentam menos de 30% de andamento, enquanto cinco ultrapassaram este patamar. ▲

SOBRANDO. Dinheiro é referente ao orçamento de 2015 que não foi utilizado pela Câmara Municipal e tem livre uso pelo prefeito Fruet

Câmara Municipal vai devolver recursos à Prefeitura

Por Manoel Ramires

A Câmara Municipal de Curitiba deve devolver dinheiro ao prefeito Gustavo Fruet. Os valores são referentes ao orçamento da Casa e não foram utilizados pelos vereadores. O orçamento da CMC é de 4,1% do orçamento do município. Em 2015, isso equivale a R\$ 140,6 milhões. Segundo apurou a **Imprensa do Sismuc**, a devolução pode chegar a R\$ 12 milhões. O Sismuc reivindica que esse dinheiro seja utilizado para quitar dívidas com os trabalhadores e até construir equipamentos públicos.

Uma vez “devolvido” o dinheiro, cabe ao prefeito Gustavo Fruet determinar no que ele será utilizado. O decreto de anulação, de responsabilidade da Prefeitura, deverá indicar onde o dinheiro devolvido será gasto. Para o sindicato, tanto prefeito como Câmara Municipal se comprometeram a negociar a reposição para derrubar emenda favorável aos trabalhadores.

“Os vereadores, na votação da data-base dos servidores, aprovaram emenda que bonifica as ‘faltas’ atribuídas à greve da educação e saúde. Fruet vetou a emenda e os vereadores mantiveram o veto”, recorda a coordenadora-geral do Sismuc Irene Rodrigues.

Para o presidente da CMC, Ailton Araújo, é o prefeito Gustavo Fruet que determina o destino da verba. Contudo, o Legislativo concorda com o abono. “A destinação de recursos é livre, mas, mais uma vez, depende da PMC. A Câmara aprovou, em junho, uma sugestão de que a prefeitura abonasse as faltas dos servidores do magistério, saúde e educação infantil depois das paralisações dos últimos dois anos”, defendeu. ▲

NÚMEROS

10
MILHÕES

▶ em 2013 foram destinados para o transporte



11
MILHÕES

▶ em 2014 foram transferidos para saúde



12
MILHÕES

▶ para 2015, estimativa que pode quitar dívidas com servidores



5,4
MILHÕES

▶ dinheiro devolvido a Fruet em maio dos rendimentos financeiros das aplicações do Fundo Especial da Câmara



na pauta

Um passo atrás na educação de Maringá

▶ A Prefeitura de Maringá vê a educação infantil como assistencialismo apenas. Ela decidiu alterar o Plano de Carreira e ao invés de contratar mais professores, criará o cargo de "cuidador infantil". Neste caso, os profissionais são vistos como auxiliares de creche, fugindo do papel de educar. O cargo ofertado é para a higiene e alimentação de crianças acima de três anos. O profissional contratado terá que trocar fraldas, dar comida, limpar, ajudar na escovação, entre outros. Os educadores são contra esse tipo de serviço. O assunto foi rechaçado em assembleia.

8,3 bilhões

▶▶ Orçamento de Curitiba para 2016 é 5,9% maior do que em 2015. Educação fica com 1,5 bi desse valor e Saúde 1,6 bi.

Trabalhadores reagem contra golpe de Cunha

▶ Depois do fracasso dos atos do dia 13 de dezembro, várias organizações populares, partidos, blogueiros, movimentos sociais e defensores de direitos humanos atenderam à convocatória da Frente Brasil Popular (FBP) e do Fórum de Lutas 29 de Abril para o ato do dia 16 de dezembro, em Curitiba.

A pauta foi a luta por democracia e contra o impeachment da Presidência da República, encaminhado por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em dezembro. As entidades exigem ainda a saída de Cunha da presidência da Câmara dos Deputados, bem como a necessidade de uma política econômica contrária ao ajuste fiscal, além da manutenção de direitos. Atividades, panfletagens, debates e mobilizações aconteceram também em Londrina, Ponta Grossa, Quedas do Iguaçu entre outras cidades.

Gibran Mendes



FES pressiona Beto Richa

▶ Em negociação com o FES, a secretária de Estado da Administração e da Previdência [SEAP], Dinorah Nogara, classificou como "um bom problema" vivido pelo Estado, após o crescimento da receita, que chegou a 14,45% em novembro. Pressionada, a secretária afirmou que é pouco provável que a liquidação dos débitos do estado com servidores ocorra ainda este ano.

“ Foi um manifesto pacífico por mudanças urgentes na CBF. Acredito que a mobilização de todos é fundamental na luta por transparência, democracia e profissionalismo no futebol ”

Alex,
ex-jogador e líder
do Bom Senso FC



TRANSPORTE. Proposta na Câmara vem para desenrolar a tarifa do coletivo ou garantir a boquinha dos empresários?

Divulgação



“A Urbs não tem o controle do número de passageiros, pois terceirizou isso para o ICI”

Única solução seria rever o contrato da licitação, diz especialista

por Phil Batiuk

▶ Foi aprovada este mês, na Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, uma proposição do vereador curitibano Bruno Pessuti que altera a forma que as empresas de transporte coletivo em Curitiba recebem da Urbs. A proposta ainda irá ao plenário para debate e votação, a critério do Presidente da Casa.

A remuneração das concessionárias é assunto importante para os trabalhadores do município. Afinal, interfere diretamente sobre o valor da tarifa, que por enquanto custa R\$ 3,30. Hoje, o pagamento da tarifa técnica é feito às empresas a cada giro da catraca.

O professor Lafaiete Neves, autor do livro “Movimento Popular e Transporte”, alerta que mudar a forma de remuneração neste momento favorece somente as empresas. “Elas vão dormir em berço esplêndido, com risco zero mesmo em cenário de crise econômica, pois receberão mesmo que os ônibus rodem vazios. Sem rever os

parâmetros para o custeio, o km rodado também será superdimensionado.”, critica.

Para ele, o prefeito Gustavo Fruet não tem a vontade política de rever os critérios técnicos usados para calcular o pagamento das empresas. Para Neves, este é um custo que poderia ser reduzido, sem a necessidade de mudar a forma de remuneração das concessionárias. Vai neste sentido, inclusive, a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) pela retirada de 14 itens do cálculo da tarifa.

O professor também aponta a transparência. “A Urbs não tem o controle do número de passageiros, pois terceirizou isso para o Instituto Curitiba de Informática (ICI) que, por sua vez, terceirizou para uma empresa chamada Dataprom”, critica o professor. Então o próprio dado oficial não seria confiável, pois não é possível verificá-lo, já que pertence às empresas que prestam serviço à Prefeitura e a Urbs. Dado que é usado para calcular o valor da tarifa - e que não é público. ▲

SISTEMA POLÍTICO

Movimentos sociais constroem Constituintes Populares no estado

por Pedro Carrano

▶ Encontro estadual da Campanha pela Constituinte, que busca mudar o sistema político brasileiro, contou com a participação de movimentos sociais de Francisco Beltrão, Paranavaí, Curitiba, Foz do Iguaçu, Cornélio Procópio e Londrina.

“Nosso sistema político tem vários problemas e no Paraná ainda temos um Legislativo totalmente a serviço do Executivo”, afir-

ma a coordenação da campanha no Paraná.

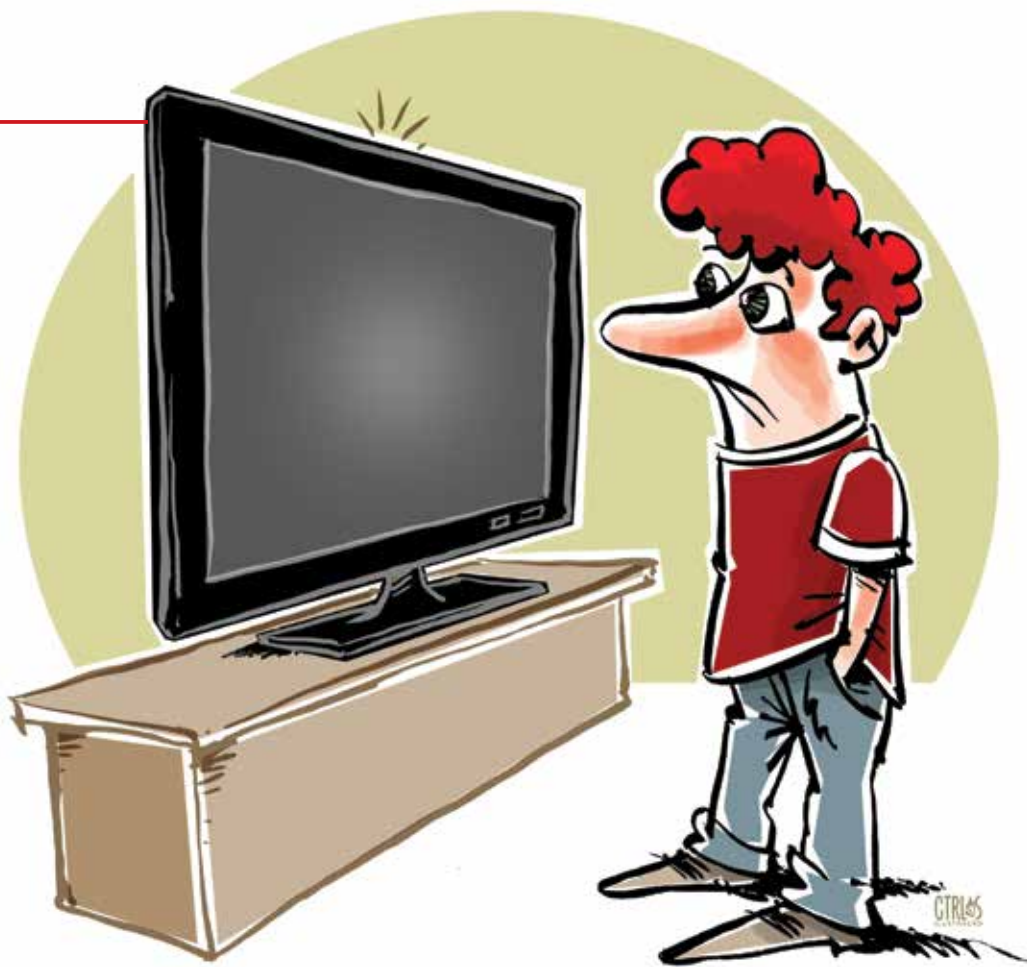
Agora, a campanha organizará assembleias populares constituintes, que consistem em organizar o povo para debater quais são os problemas do povo nas áreas de Saúde, Educação, casando esse debate com a pauta da mudança no sistema político. A partir de curso de formação nacional em 2016, os formadores devem fazer essas assembleias em cada cidade do estado. ▲

CRÔNICA

Servelino e o espelho ao contrário

por Pedro Carrano

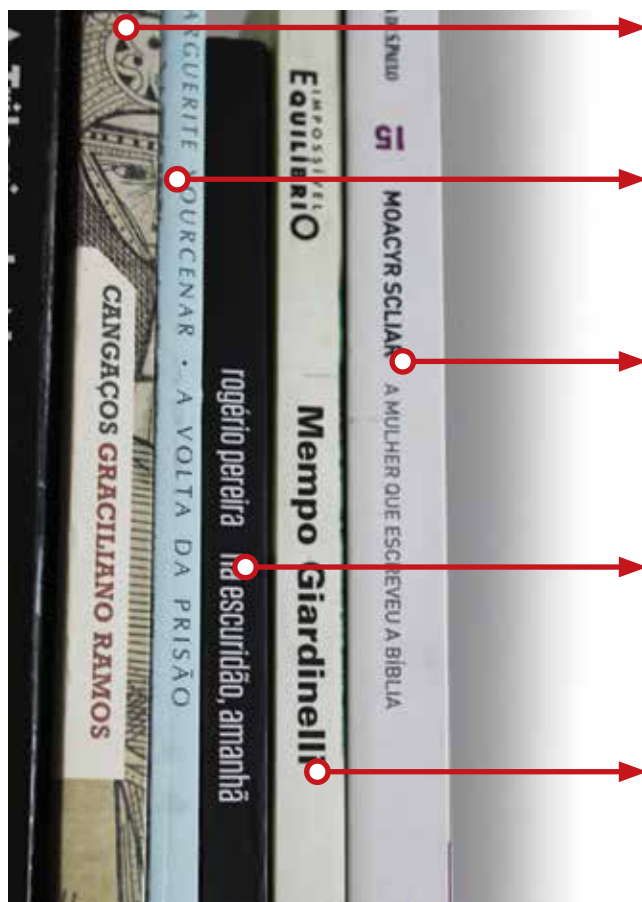
Servelino acorda bem antes dos galos. Corta a cidade no ônibus apertado. O servidor ouve um comentarista da rádio lembrando que todo o brasileiro é vagabundo. Depois ele recebe a notícia do desconto dos dias parados, com a desculpa de que a greve atrapalhou os cidadãos. Com a fala agressiva, foi dito que todo o servidor já tem um grande salário. Trabalhador deve ser responsável de certo pela inflação. O comentarista ainda fala que a saída do país está na educação com E maiúsculo, mas Servelino tem colegas servidores e sabe qual é a real da situação. Ele vê a TV inflamando cada usuário, vê a notícia do enfermeiro tendo o cabelo puxado fora do horário, mas nunca viu ninguém mostrando o quanto todo esse povo aqui se dedica no trabalho. Servelino no fundo percebe o que um dia falou um senhor lá do bairro, que o mundo na verdade anda bem ao contrário. A ocupação daquele terreno que nunca serviu pra nada virou coisa de marginalia. Pra relaxar um pouco, Servelino vê todo mundo na novela feliz, com sucesso na vida e corpo sarado. Mas o servidor não consegue de tanto movimento nem mexer o braço. Só que Servelino não vai dizer que tudo está de boas e sorrir com a paciência das capivaras. Servelino não é herói. E também não é otário. ▲



RESENHA

Sugestões de livros no recesso de fim de ano

por Pedro Carrano



- 1. CANGAÇOS, DE GRACILIANO RAMOS**
Editora Record. Crônicas ajudam a entender Lampião e o ambiente do cangaço.
- 2. A VOLTA DA PRISÃO, DE MARGUERITE YOURCENAR**
Ed. Nova Fronteira. A autora francesa dedica-se na velhice a viajar e colher impressões das culturas por onde passa.
- 3. A MULHER QUE ESCREVEU A BIBLIA, DE MOACYR SCLIAN**
Folha de São Paulo. Em uma reinvenção histórica com muito humor, Scliar tem como personagem uma das mulheres do rei Salomão.
- 4. NA ESCURIDÃO, AMANHÃ, DE ROGÉRIO PEREIRA**
Cosac&Naify. Jovem romancista traça um relato resgatando os traumas da infância numa família que deixa o campo e se instala em Curitiba.
- 5. IMPOSSÍVEL EQUILÍBRIO, DE MEMPO GIARDINELLI**
Record. Autor argentino retrata o ambiente de Corrientes: o calor, os personagens, o realismo mágico latino-americano.

SINOPSE

O verdadeiro patrão

por Manoel Ramires



► O brasileiro Wagner Moura foi indicado ao Globo de Ouro por sua atuação no seriado "Narcos". Produzido pela Netflix, conta a história de Pablo Escobar em 10 episódios na visão dos americanos. Contudo, na mesma Netflix existe outra série que narra a história do maior traficante da América do Sul. É "Escobar, el patrón del mal". A diferença é que a versão feita pela emissora Caracol é muito mais detalhada e sobre o ângulo dos próprios colombianos. São 74 episódios mostrando a escala de violência e as manobras políticas do período. Neste sentido, se Moura merece a indicação ao Globo de Ouro, Andrés Parra, que vive Escobar na versão colombiana merecia ganhar o Oscar de melhor atuação. É assustador ver em sua expressão toda a raiva e frieza que caracterizavam Escobar. Mais do que isso, a composição do elenco, com os sicários (assassinos) que tiram a vida do povo enquanto sorriem. ▲

FICHA TÉCNICA:

- **TÍTULO ORIGINAL:** Pablo Escobar, el patrón del mal (TV Series) 2012 Colômbia
- **DIRETORES:** Juana Uribe (Creator), Camilo Cano (Creator), Carlos Moreno, Laura Mora
- **ATORES:** Andrés Parra, Angie Cepeda, Nicolás Montero, Vicky Hernández, Christian Tappan, Germán Quintero, Cecilia Navia, Anderson Ballesteros, Aldemar Correa, Alejandro Martínez
- **PRODUÇÃO:** Caracol TV
- **EXIBIÇÃO:** Netflix